

os resultados de sua medida indireta e a descrição que as crianças davam de seu comportamento, mas pequena correspondência com a observação de comportamento real em situações de teste.

Em resumo: há necessidade de muitas pesquisas sobre a validade de testes indiretos. Alguns dos estudos até hoje realizados têm dado provas encorajadoras de correspondência entre os resultados de um teste indireto e os apresentados por um critério independente; outros, no entanto, revelaram discrepâncias entre diferentes medidas, e tais discrepâncias permitem discutir o que é que, na realidade, tais testes medem. A pesquisa sobre a validade de testes indiretos — e sobretudo de testes projetivos que tentam medir mais de uma dimensão — é prejudicada pela dificuldade de obtenção de critérios adequados. Apesar disso, deve-se dar mais atenção à validação de testes desse tipo, antes de que possam dar toda a sua contribuição à pesquisa social.

9

O USO DE DADOS DISPONÍVEIS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Registros Estatísticos

Documentos Pessoais

Comunicações de Massa

Resumo

Registros Estatísticos

QUALQUER COMUNIDADE que utilize a escrita tem muitos dados estatísticos sobre o comportamento de seus membros. Embora tais dados se tenham acumulado, fundamentalmente, para a administração e a descrição histórica, a pesquisa de ciência social pode utilizá-los. O esquecimento de sua existência muitas vezes tem, como consequência o abandono de informação significativa ou, se o pesquisador laboriosamente obtém dados já existentes, uma perda, de esforço.

A amplitude de assuntos abrangidos nos registros existentes, bem como o tratamento dado a tais assuntos nesses registros, varia com as necessidades administrativas para os quais foram inicialmente obtidos. Muitos dados estatísticos existentes referem-se a características sócio-econômicas de indivíduos. Assim, o recenseamento de uma população contém informação a respeito de idade, sexo, tamanho da família, profissão, residência, etc. As estatísticas de saúde dão índices de natalidade e mortalidade; as instituições econômicas federais, estaduais, municipais e particulares colhem e publicam dados sobre ordenados, horas de trabalho, produtividade, absenteísmo, greves, transações financeiras, e assim por diante. Muitas organizações voluntárias têm dados não apenas de seus membros, mas também dos grupos de pessoas a que atendem. Além disso, um pequeno mas sempre crescente conjunto de dados está sendo coletado, em adequado nível psicológico, por várias instituições. Por exemplo, atualmente, escolas, hospitais, agências de serviço social, departamentos de pessoal na indústria e instituições semelhantes freqüentemente aplicam, em suas populações, testes psicológicos de vários tipos.

Além da economia, os dados coligidos por essas outras atividades têm algumas vantagens na ciência social. Uma das principais é o fato de muita informação dê-se tipo ser

obtida periodicamente, o que permite o estabelecimento de tendências temporais. Outra vantagem é que a obtenção de informação dessas fontes não exige a cooperação de indivíduos a respeito dos quais se procura informação, que é o que ocorre em questionários, entrevistas, técnicas projetivas e, freqüentemente, na observação. Além disso, como tais dados são coligidos nos acontecimentos diários, o processo de mensuração tende a não revelar o objetivo do pesquisador e a não mudar o comportamento em que está interessado, o que nem sempre ocorre com algumas das outras técnicas de coleta de dados.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA O EMPREGO DE REGISTROS ESTATÍSTICOS

O emprego de registros estatísticos já existentes exige que o cientista social *conheça as melhores fontes de tais dados e apresente certa capacidade inventiva para descobrir material menos conhecido.*

O estudo de Kenesaw M. Landis, *Segregation in Washington* (1948), baseia-se exclusivamente na análise e interpretação de dados existentes. Entre outras fontes, Landis usou publicações do Departamento de Recenseamento para indicar pressões sobre os negros para que vivessem reunidos em grandes números e em pequena área, e para exemplificar as más condições de habitação de que dispunham; usou as estatísticas oficiais de saúde para demonstrar as consequências de tais condições, em função de maior índice de mortalidade, sobretudo de tuberculose; usou dados oficiais sobre emprego e registros de uma companhia industrial para indicar discriminação no trabalho; usou números, para toda a cidade, coligidos pelo Department of Research of the Washington Council of Social Agencies para exemplificar a relação entre más condições de habitação e prisões de jovens, efetuadas pela polícia metropolitana. Nesse estudo, a contribuição de Landis foi descobrir as fontes de tais dados e delas tirar a informação significativa para o seu tema.

Outros problemas de pesquisa exigem maior investimento de energia ou capacidade inventiva para a obtenção de registros significativos. Leo Srole, ao trabalhar no estudo de status e prestígio na série de pesquisas da *Yankee City*

(Warner *et al.*, 1941-1947), descobriu uma estranha fonte de dados significativos para o seu problema: os registros de cemitério.¹ Aparentemente, tornara-se um hábito, para os moradores de Yankee City que tinham subido para um status mais elevado que os seus parentes mortos, transportar os restos mortais de sua família de um cemitério de status inferior para outro, de posição social mais elevada.

Tais exemplos podem ser facilmente multiplicados. Demonstram que a busca sistemática e a capacidade inventiva descobrirão um número muito maior de dados existentes do que se supõe.

Outra exigência para o emprego de registros estatísticos refere-se à formulação da hipótese de pesquisa. Fundamentalmente, o uso de tais dados exige *a capacidade para propor muitas e diferentes questões ligadas ao problema de pesquisa.* Por definição, o objetivo para a coleta dos dados existentes é diverso do objetivo para o qual o cientista social deseja empregá-los. (Se isso não acontecesse, a pesquisa seria supérflua, pois os registros responderiam às perguntas da pesquisa). Geralmente, um problema de pesquisa pode ser traduzido em grande variedade de questões; uma hipótese pode ser verificada de muitas maneiras. *Portanto, o princípio orientador para o emprego de estatísticas existentes consiste em manter-se flexível com relação à forma de propor as perguntas de pesquisa.* Se uma idéia ou uma hipótese de pesquisa podem ser formuladas de forma que o material já registrado se refira à questão, torna-se possível o emprego de tal material.

Talvez o trabalho de Durkheim, em *Le Suicide*, seja o mais notável exemplo da maneira pela qual a superior flexibilidade de uma grande inteligência permite a verificação de uma teoria social através de dados existentes. Segundo disse Talcott Parsons (1937), Durkheim "possuía em elevado grau a faculdade de persistência para pensar em todas as consequências de algumas suposições fundamentais (...) sua observação empírica atua como o experimento crítico (...)". O interesse básico de Durkheim referia-se à relação de um indivíduo com um grupo e com as normas e valores neste predominantes. Partiu da hipótese de que

¹ Descrito em comunicação pessoal aos autores.

as causas do suicídio devem ser encontradas nas condições sociais. Para verificar sua teoria, estudou registros de índices de suicídio em todos os países europeus que tinham tais registros. Algumas dessas estatísticas já tinham sido verificadas por outros pesquisadores; outras eram facilmente acessíveis em documentos públicos; outras foram reunidas por Durkheim, a partir de dados oficiais. Com grande capacidade inventiva, examinou tais estatísticas, a fim de verificar sua relação com diferentes hipóteses. Em seu livro, examina inicialmente algumas hipóteses alternativas: que o suicídio resulta de estados psicopáticos, de imitação, de fatores raciais ou hereditários, de fatores cósmicos. Demonstra que as estatísticas não estão de acordo com nenhuma dessas hipóteses. Por exemplo, ao considerar a hipótese de que o suicídio é influenciado pelo clima, começa com a observação de que, em todos os países para os quais existem estatísticas para um período de alguns anos, a incidência do suicídio aumenta regularmente de janeiro até aproximadamente junho, e depois declina até o fim do ano. Essa observação levou outros autores à conclusão de que a temperatura tem um efeito direto na tendência para o suicídio. Durkheim examina cuidadosamente essa possibilidade, e demonstra que os dados não a confirmam. Sus-tenta, por exemplo, que se a temperatura fôsse a causa básica, o suicídio variaria regularmente de acordo com ela; mas isso não ocorre. Existem mais suicídios na primavera que no outono, embora a temperatura seja ligeiramente mais baixa na primavera. Além disso, o suicídio atinge o ponto mais elevado, não nos meses mais quentes (julho e agosto), mas em junho. Por uma série de tais análises, demonstra que as regularidades sazonais nos índices de suicídio não podem ser explicadas pela temperatura, e sugere a hipótese alternativa de que a atividade social é sazonal e que o índice de suicídio está ligado à extensão de atividade social.

Ao voltar-se para a hipótese de que a causa básica de suicídio é falta de integração num grupo social, examina três influências básicas: religião, família e atmosfera política. Encontra menores índices de suicídio entre católicos que entre protestantes, entre pessoas casadas que entre pessoas solteiras, entre os que têm filhos que entre os que não os têm, e durante os períodos de fervor nacional. Segundo

sustenta, todos esses resultados confirmam a hipótese de que a participação num grupo social coeso reduz o suicídio. Ao analisar seus dados cada vez com mais minúcia, continuamente modificou e aperfeiçoou sua teoria.

Alguns estudos — como o de Durkheim sobre o suicídio e o de Landis sobre a segregação em Washington — dependem inteiramente da análise de dados coligidos com objetivos diferentes dos objetivos do estudo. Em outros, tais dados são usados juntamente com outros processos. Os dados regularmente coligidos para outros objetivos podem ser usados para medir os efeitos de um tratamento experimental. Por exemplo, os efeitos de uma propaganda eleitoral podem ser medidos por um estudo dos registros de votos; os efeitos de vários processos de tratamento de pessoal podem ser medidos por registros de produtividade. Assim, nos "Estudos de Hawthorne", Roethlisberger e Dickson (1939) verificaram que mudanças em algumas condições — por exemplo, iluminação, períodos de descanso e horas de trabalho — não poderiam explicar o índice sempre crescente em seus grupos experimentais, durante um período de até um ano, concluíram que as mudanças na organização social dos grupos de trabalho e em sua relação com a direção eram responsáveis pelo aumento de produtividade.

Os dados existentes podem ser usados em outros pontos do estudo. Frequentemente são úteis para a seleção de casos com características específicas para estudo intensivo, ou uma amostra casual para entrevistas em levantamento. Um estudo sobre o moral do trabalhador em indústrias de guerra, realizado por Katz e Hyman (1947), exemplifica esses dois empregos de dados existentes. Inicialmente, os registros de produção foram usados como base para a seleção de cinco estaleiros com produtividade diferente; em cada um desses estaleiros, selecionou-se uma amostra de operários que deviam ser entrevistados, considerando-se cada enésimo nome das listas de pagamento. Tais pesquisas verificaram uma relação circular entre o moral e a produção, pois a elevada produção dá um sentimento de realização que conduz a maior esforço, enquanto que a baixa produção reduz a motivação, que por sua vez reduz a produtividade. Mostraram, além disso, que os fatores diretamente associados ao serviço eram determinantes mais importantes do moral do operário que as

condições mais gerais da comunidade, tais como habitação, transporte e recursos de recreação.

Os registros existentes podem também ser usados para complementar ou verificar informação obtida especificamente para os objetivos de determinada pesquisa. Por exemplo, num estudo sobre o efeito psicológico do desemprego prolongado numa vila austríaca (Jahoda, Lazarsfeld e Zeisl, 1932), as descrições de sua experiência, apresentadas por vários desempregados, sugeriam que se sentiam muito pior no início do desemprego que depois de três anos, apesar da gradual deterioração de sua condição econômica. Esse efeito de "choque" do desemprego foi verificado através de alguns registros — tais como contas na venda local — que mostraram uma queda brusca nas compras nos meses imediatamente posteriores ao início do desemprego, seguida por leve ascensão e declínio constante a partir de então.

Em muitos desses exemplos, o interesse do pesquisador refere-se ao comportamento ou a características do tipo que se reflete diretamente nos registros estatísticos — segregação, suicídio, votação, produtividade. No entanto, tal como ocorre com outros tipos de dados, os registros de comportamento específico podem ser usados como indicadores de algum conceito mais geral. Uma série de estudos de Tryon (1955) exemplifica esses dois usos de dados existentes. Tryon interessou-se pelo problema da identificação de grupos subculturais, através de processos mais significativos e mais precisos que as usuais avaliações de "classe social." Interessou-se por duas hipóteses interrelacionadas: (1) que as *áreas sociais* e *demográficas* podem ser identificadas a partir de dados de recenseamento; (2) que uma área demográfica social é também uma *área psicossocial* — isto é, que os moradores de uma mesma área social demográfica terão experiência de algumas situações comuns e socialmente significativas e de certos estados psicológicos comuns provocados por tais situações, e se comportarão de determinadas maneiras comuns. A respeito da primeira hipótese, examinou trinta e três itens no Recenseamento de 1940 dos Estados Unidos, em 243 regiões da área da baía de San Francisco; os itens incluíam, por exemplo, a porcentagem de lares de famílias separadas, a porcentagem de mulheres que não trabalhavam

fora de casa, a porcentagem de trabalhadores de escritório ou especializados, etc. Por uma técnica estatística conhecida como análise de feixe,² verificou que esses trinta e três itens estavam em três agrupamentos principais, que poderiam ser descritos da seguinte maneira: independência sócio-econômica, referente a independência social e riqueza; assimilação ou incorporação de pessoas à cultura padronizada de classe média dos Estados Unidos; orientação em torno da família. Cada uma das regiões censitárias poderia ser descrita através de sua posição em cada uma dessas três variáveis básicas. Evidentemente, muitas das regiões mostravam o mesmo padrão; para toda a área, foram encontrados oito padrões básicos. Estes poderiam receber títulos descritivos, bem como resultados de índice; por exemplo, "os exclusivos" — acima da média em assimilação, em orientação em torno da vida da família e sobretudo em independência econômica; "os trabalhadores" — médios quanto à orientação em torno da vida de família, mas um pouco abaixo da média em assimilação e em independência sócio-econômica; "os segregados" — com pouca assimilação e pouca independência sócio-econômica e vida de família, de acordo com a definição do estudo.

Como prova para verificar a segunda hipótese — que as áreas demográficas são também áreas psicossociais — Tryon usou registros de eleição. Seu interesse não se referia ao voto *per se*, mas como um indicador de atitudes sociais. Verificou elevada correspondência entre padrão demográfico e votação na eleição presidencial de 1940. Na maioria das regiões "exclusivas", Roosevelt conseguiu aproximadamente um quarto dos votos, e em nenhuma conseguiu mais que um terço dos votos; no outro extremo, na maioria das áreas de "trabalhadores" e de "segregados" Roosevelt conseguiu três quartos ou mais dos votos, e em nenhuma obteve menos que metade dos votos. A análise (ainda não publicada) de resultados de eleição quatorze anos depois mostrou uma contínua relação entre padrão demográfico (verificado em 1940) e atitudes sociais reveladas nos votos, em 1954, a respeito de alguns problemas, tais como bônus para um hospital, isenção de impostos para instituições de bem-estar social e pensões para velhos necessitados.

² Para os processos existentes na análise de feixe, ver Tryon (1957a).

ALGUNS PERIGOS NO EMPREGO DE REGISTROS ESTATÍSTICOS

A DEFINIÇÃO DE TERMOS. Freqüentemente, a definição de categorias empregadas no material estatístico existente não coincide com a empregada na pesquisa social — um fato muitas vezes obscurecido pelo emprego de terminologia semelhante. Por exemplo, o cientista social pode estar interessado na composição da família. Quando consulta os dados de recenseamento, pode encontrar algum material sob o título de "composição da casa." Embora a composição da família inclua apenas os parentes, a composição da casa estende-se a hóspedes, domésticas e outros empregados que morem na residência de seu patrão.

Um convite ainda mais notável à confusão é dado por algumas estatísticas sobre crimes. Por exemplo, nos quarenta e oito Estados americanos faz-se uma distinção entre delito e contravenção; no entanto, um ato que é delito num Estado, pode ser classificado como contravenção em outro.

Considerando-se tais diferenças, o uso de registros existentes pode ser mais enganador que esclarecedor, a não ser que conheçamos a definição exata em que se baseiam as estatísticas.

MÉTODOS DE COLETA DE DADOS. Não é suficiente saber o que pretendia a pessoa que inicialmente coligiu os dados existentes; é preciso também conhecer a adequação de seus métodos. Muitos registros são coligidos com a intenção de abranger todo o universo de acontecimentos, e não apenas uma amostra deles. No entanto, existem muitos obstáculos à realização desse ideal. Em primeiro lugar, os informantes, com os quais a instituição que originalmente coligiu os dados obteve a informação, podem não ter desejado dar a informação, ou não ter sido capazes de fazê-lo. Por exemplo, existe uma suspeita justificada de que as estatísticas de renda, baseadas em declarações do indivíduo ao imposto de renda, tendem a ser subestimadas, enquanto que as contas de despesas tendem a ser superestimadas. Por razões igualmente compreensíveis, as estatísticas sobre filhos ilegítimos são menos exatas que as referentes a nascimentos no casamento.

É bem possível que o grau de imprecisão nos registros oficiais, devido a tais razões, seja desprezível do ponto de vista dos objetivos do cientista social. Mas existem outros erros metodológicos que podem conduzir a sérias imprecisões. Isso deve-se sempre lembrado, sobretudo quando usamos dados coligidos num período de muitos anos. Por exemplo, as estatísticas prussianas de suicídio (ver Halbwachs, 1930) começam em 1816. Até 1883, o dever de manter os registros de suicídio estava sob a responsabilidade da polícia local. No ano de 1883, a tarefa foi transferida para o serviço civil. Considerando-se essa mudança, deve-se hesitar em interpretar, a não ser como consequência de mudanças nas técnicas, o fato de os números oficiais de suicídio na Prússia mostrarem um aumento de 20 por cento, entre 1882 e 1883.

Às vezes, é possível corrigir os registros existentes através daquilo que se sabe sobre os métodos com os quais foram obtidos. Mais freqüentemente, no entanto, isso não é possível. Em qualquer caso, as restrições adequadas de muitos dados, quando usados com objetivos de pesquisa, só podem ser feitas se o cientista social conhece os possíveis erros, inerentes ao método específico empregado.

Documentos Pessoais

Ao falar de documentos pessoais para pesquisa, fazemos referência a autobiografias, cartas, diários, certos tipos de dissertações escolares, dissertações de competição, e assim por diante. Outros autores³ usaram o termo de maneira muito mais ampla, de forma a incluir outro material, tal como dados de questionários, entrevistas, formas de arte, criações proféticas, registros de organizações sociais, etc. Em nosso emprego limitado, fazemos referência apenas aos itens que atendem aos seguintes critérios: (1) documentos escritos; (2) documentos criados pela iniciativa do autor ou, se isso não ocorreu, criados de maneira que seu conteúdo introspectivo

³ Ver, sobretudo, trabalhos muito esclarecedores, publicados pelo *Social Science Research Council*: Alpert (1942), Gotschall, Kluckhohn e Angell (1945).

tenha sido determinado exclusivamente pelo autor; (3) documentos que focalizem as experiências pessoais do autor. Tais critérios excluem o material de entrevista, por mais informal que tenha sido a situação da entrevista. Excluem, também, os trabalhos literários que só podem ser usados como documentos pessoais através de interpretações projetivas. Essa definição mais limitada de documentos pessoais tem a vantagem de trazer para o primeiro plano sua característica mais notável: o fato de *nos permitirem ver as outras pessoas como elas se vêem*.

Santo Agostinho, que escreveu um dos maiores documentos pessoais de todos os tempos, compreendeu integralmente a contribuição insubstituível que podem apresentar a respeito. No Livro X de suas *Confissões*, explica por que escreveu esse documento pessoal. Parte da suposição de que "os homens, como espécie, desejam conhecer a vida dos outros homens", suposição que é hoje tão válida quanto em sua época; sustenta que nada que um homem diga a respeito de si mesmo pode satisfazer inteiramente sua curiosidade:

Muitos desejam saber — pessoas que me conhecem, e pessoas que não me conhecem, mas que me ouviram ou ouviram falar de mim — o que sou agora, ao escrever minhas Confissões. No entanto, não têm o ouvido em meu coração, onde sou o que sou. Por isso, desejam ouvir, de minhas confissões, o que sou intimamente, onde não podem lançar seus olhos, seus ouvidos, ou seu pensamento. (o grito não é do original).

É verdade que as ciências sociais criaram técnicas modernas que procuram atravessar a aparência e o comportamento e chegar às experiências íntimas. As entrevistas em profundidade, as técnicas projetivas e a psicanálise procuram exatamente isso. Quando bem aplicadas, podem freqüentemente atingir aquilo que um homem não chega a saber de si mesmo.⁴ No entanto, embora tais técnicas possam descobrir a natureza de experiências íntimas selecionadas, dificilmente podem reconstruir *toda a estrutura* da auto-

⁴ Santo Agostinho compreendeu a limitação, sob esse aspecto, dos documentos pessoais: "... apesar disso, existe algo no homem que o espírito do homem que está nele não conhece".

imagem de uma pessoa, com suas complexidades e acentuações espontâneas.

Gordon Allport (1942), ao defender o valor de documentos pessoais para a psicologia, acentua a importância da busca de uma visão do todo, antes de submeter as minúcias da experiência íntima a um estudo mais sistemático:

O conhecimento do particular é o início de todo o conhecimento — científico ou não. Na psicologia, a fonte e a origem de nosso conhecimento da natureza humana e de nossa curiosidade a respeito decorrem de nosso conhecimento de indivíduos concretos. Conhecê-los em sua natural complexidade é um primeiro passo essencial. Se começarmos cedo demais com a análise e a classificação, corremos o risco de dividir a vida mental em fragmentos e começar com separações falsas que representam erradamente as organizações salientes; e as integrações naturais na vida pessoal. A fim de evitar preocupações precipitadas com segmentos não-naturais e falsas abstrações, a psicologia precisa interessar-se pela vida tal como esta é vivida, com processos totais significativos, do tipo dos que são revelados em documentos seguidos e completos da vida.

De modo bem amplo, a lógica para o uso de documentos pessoais é semelhante à empregada para o uso de métodos de observação. O que estes podem obter para o comportamento explícito, os documentos pessoais podem conseguir para as experiências íntimas: revelar, para o cientista social, a vida vívida sem a interferência da pesquisa. Todavia, enquanto o número de situações que podem ser observadas é muito grande, são relativamente raros os documentos pessoais; por isso, é relativamente limitada a amplitude de sua utilidade para a pesquisa.

Os documentos pessoais de que dispomos devem ser usados com cautela. Santo Agostinho indicou uma de suas limitações básicas — a dúvida sobre sua autenticidade: "E quando ouvem minha confissão a meu respeito, como podem saber que digo a verdade (...)? Perceber claramente que não existe resposta inteiramente satisfatória para esse ceticismo, pois "não posso provar-lhes que minha confissão é verdadeira".

Existem dois tipos possíveis de falsificação pelos quais deve interessar-se um cientista social que emprega documentos pessoais. Em sua forma mais crua, a falsificação responde a engano consciente e intencional. É possível que alguém crie um documento com a forma e o aspecto de um documento pessoal, a fim de apresentá-lo como autêntico. São vários os motivos para essa falsificação: lucro material, brincadeira, exercício literário. O exemplo mais notável na literatura psicológica é uma falsificação, apresentada de maneira extraordinariamente habilidosa, de um diário de uma adolescente, que chegou a enganar Freud, que o considerou "uma preciosidade," Hug-Helmuth, que apresentou esse *Tagebuch eines halbwüchsigen Mädchens*,⁵ afirmou que era o diário de uma jovem e que não tinha sido corrigido ou alterado. Essa falsificação, que estava conseguindo amplo reconhecimento como uma demonstração do desenvolvimento da consciência sexual, só foi desmascarada alguns anos depois.

Vale a pena considerar o incidente, por causa da maneira pela qual se comprovou, finalmente, que era uma falsificação. Os críticos tinham afirmado que o estilo do documento era excessivamente maduro para uma jovem entre 11 e 14 anos de idade. No entanto, o conteúdo não era exagerado, e era muito semelhante ao que encontramos em diários autênticos do início da adolescência. Finalmente, todavia, uma verificação de diferentes referências casuais ao tempo em determinados dias, a menção de uma visita a um lugar que não existia na data que foi indicada, e pequenas incoerências semelhantes convenceram os especialistas em psicologia de que o diário não era autêntico. Os historiadores, que talvez sejam mais frequentemente expostos a falsificações intencionais, que os outros cientistas sociais, citaram técnicas para a identificação, semelhantes às acima mencionadas, e que bem poderiam ser aplicadas sempre que se considere o emprêgo de documentos pessoais (ver Gotschalk *et al.*, 1945).

No entanto, quando Santo Agostinho propôs o problema da veracidade de um documento pessoal, pensou, evidente-

mente, numa forma menos crua de falsificação. Não se volta para o engano quanto à autoria, mas para a possibilidade de que o autor apresentasse erradamente aquilo que conhecia a seu próprio respeito. Se essa representação errada se deve a auto-engano, não prejudica o valor do documento. Se estamos interessados na auto-imagem do autor, é de secundária importância saber se essa auto-imagem coincide ou não com a imagem que outras pessoas têm do autor. Certamente, seria muito esclarecedor um confronto da auto-imagem com mais imagens que outras pessoas têm de uma pessoa. Todavia, mesmo que apareça uma discrepância entre essas duas descrições, não é fácil decidir qual delas é certa e qual é errada.

Existe ainda outra razão possível para que um autor se apresente erradamente num documento pessoal. Todos os documentos pessoais são criados com algum objetivo. As cartas são escritas para comunicação com alguém; as dissertações escolares são apresentadas aos professores; as dissertações de concurso são apresentadas aos juizes; os autores dos diários, mesmo íntimos, provavelmente pensam num futuro e potencial leitor. Santo Agostinho desejava "despertar os corações dos pecadores e dos justos" — para que os pecadores encontrassem, em suas *Confissões*, coragem para crer que uma forma de vida pode ser mudada, para que os justos se alegrassem com sua conversão. Muitas afirmações autobiográficas têm esse objetivo — em sua forma mais crua, objetivo de propaganda. Sempre que possível, é bom que o cientista social, ao usar documentos pessoais, procure saber os motivos que levaram à sua criação.

As desvantagens do uso de documentos pessoais na pesquisa foram amplamente discutidas na literatura (ver especialmente Allport, 1942), sobretudo no prolongado debate a respeito do valor científico do livro de Thomas e Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (1918), cujos dados se baseavam, em grande parte, em cartas e diários. O uso de documentos pessoais tem sido criticado a partir da idéia de que raramente podem ser tratados estatisticamente; que raramente a sua validade está fora de dúvida; que estão sujeitos a erros de memória e que dependem de disposições passageiras. Além disso, não é fácil encontrá-los.

⁵ Traduzido para o inglês, por E. e C. Paul, como *A Young Girl's Diary* (1921).

De modo geral, êsses argumentos são ponderáveis. Deve-se notar, no entanto, que a aplicabilidade das técnicas estatísticas não é determinada pela natureza dos dados, mas pelo tipo de problema com o qual o cientista social aborda seus dados. Ainda que as *Confissões* de Santo Agostinho e outros trabalhos autobiográficos sejam únicos, podem ser tratados por técnicas de análise de conteúdo, desde que tais processos estejam de acôrdo com o problema de pesquisa.

Dois tipos de documento pessoal ampliam extraordinariamente nosso conhecimento de experiências íntimas: (1) descrições de acontecimentos raros e extraordinários na vida humana; (2) diários e cartas que se referem ao aspecto íntimo de acontecimentos mais frequentes e comuns.

Em 1907, apareceu a primeira edição da *autobiografia* de C. W. Beers. Esse livro, escrito logo depois de o autor ter superado uma crise maníaco-depressiva, foi, em grande parte, responsável pela fundação do movimento de higiene mental, nos Estados Unidos. Permanece, ainda hoje, como um modelo de autodescrições de estados mentais, que não são facilmente obtidas por outros métodos. Também ao primeiro grupo pertencem o famoso livro de Helen Keller — a respeito de sua conquista da vida, embora fôsse cega e surda-muda — e as *Confissões*.

Entre os documentos do segundo tipo, os diários de adolescentes são dos mais usados. Charlotte Bühler (1934), ao criar sua psicologia da adolescência, realizou e apoiou uma série de estudos interrelacionados, baseados no emprego de tais diários. O interesse de Bühler levou ao estabelecimento de uma coleção de diários de adolescentes, no Instituto de Psicologia da Universidade de Viena; em tempo relativamente pequeno, foram reunidos quase cem diários. Esse número permitiu uma comparação mais sistemática que aquela geralmente possível com documentos isolados.

Pelo menos dois dos estudos de Bühler exigiam comparação de indivíduos em diferentes períodos de tempo — algo que dificilmente se consegue com outros métodos de coleta de dados. Um estudo se baseou em três diários de mães de três gerações sucessivas. Bühler demonstrou que, apesar de considerável mudança cultural entre 1873 e 1910 (os anos em que nasceram a mais velha e a mais jovem das três autoras de diários), alguns desejos básicos da adoles-

cência — por exemplo, a necessidade de relações pessoais íntimas — permaneceram iguais. Apesar disso, sob outros aspectos — por exemplo, nas relações entre as mães e seus pais —, as mudanças culturais se refletiram em seus diários.

O segundo estudo baseou-se em diários de duas mães da mesma geração que, na época do estudo, eram vinte anos mais velhas que na época em que tinham escrito os diários. Uma comparação entre "então" e "agora" revelou grandes semelhanças entre as duas mães durante a adolescência e grandes diferenças na vida posterior.

Os estudos de Bühler mostram como um grande período de tempo pode ser ligado pelo emprego de documentos pessoais. Às vezes, é possível usar documentos pessoais, sobretudo cartas, para ligar a distância espacial que frequentemente separa o pesquisador de seus sujeitos. Vários estudos usaram as cartas recebidas por representantes políticos, como base para avaliar o clima de opinião política entre os autores das cartas; outros usaram a correspondência recebida por estrelas de cinema, rádio e televisão, a fim de tentar analisar por que são atraentes para o público. Evidentemente, o estudo dessa correspondência não está livre de ambigüidades. As cartas variam quanto à sua extensão, quanto à informação que apresentam sobre seus autores, e quanto ao grau de sua aparente espontaneidade. Apesar disso, freqüentemente apresentam a única abordagem possível de um grupo da população que, de outra forma, seria inatingível.

Deve-se lembrar, no entanto, que o estudo de documentos pessoais permite generalização apenas para o universo dos autores de documentos, não para a população como um todo. A vida íntima de indivíduos que mantêm diários pode ser diferente, sob aspectos importantes, da de indivíduos que não fazem; as opiniões de eleitores que escrevem a seus representantes no Legislativo podem não ser representativas das opiniões de outros cidadãos. Uma coisa é estudar os documentos pessoais para compreender os indivíduos específicos que os escreveram, ou para conseguir indicações sobre processos psicológicos que podem ser comuns a outros indivíduos. Coisa muito diversa é supor que tais documentos apresentem uma base para conclusões a respeito de pessoas diferentes de seus autores. Um exemplo notável disso é dado no *New York Times* (17-3-1957), sob o título "5 Levantamentos Põem

em Dúvida a Correspondência Contrária à Ajuda Externa". A notícia mostrava que a análise de correspondência dos deputados tinha levado à crença de que a opinião pública dos Estados Unidos era muito contrária à continuação da ajuda externa; "quase todas" as cartas recebidas sobre o assunto recomendavam a simples eliminação ou cortes muito grandes nesse programa. No entanto, cinco levantamentos nacionais, realizados pelo National Opinion Research Center, de janeiro de 1956 a junho de 1956, com o emprêgo de diferentes frases, encontraram consideráveis proporções de pessoas favoráveis à continuação de ajuda externa. As proporções dos que estavam a favor do programa variavam com a maneira específica de apresentar a pergunta. Quanto ao problema de ajuda econômica "a alguns países, como a Índia, que não se tornaram nossos aliados contra o comunismo", a opinião estava mais ou menos igualmente dividida; as proporções dos que estavam a favor de ajuda a essas nações iam, em diferentes momentos, de 43 por cento a 52 por cento. No entanto, quanto ao problema da continuação de "ajuda econômica a países que concordaram em ficar ao nosso lado contra a agressão comunista", até 90 por cento das pessoas exprimiam apoio. Deve-se notar que esses dados de levantamento não desmentem a correspondência dos deputados; podem suplementá-la, assim como são suplementados pela análise da correspondência.

Tais exemplos revelam os valores e as limitações dos documentos pessoais como fontes de dados. Sugerem que se faz melhor uso da natureza peculiar dos dados contidos em documentos pessoais quando são empregados para exploração e descrição, e não com objetivos estatísticos; para compreensão e exemplo, e não para verificação ou refutação de hipóteses; para emprêgo com outros métodos, e não isoladamente.

*Comunicações de Massa*⁶

Além de registros estatísticos e documentos autobiográficos, toda sociedade que conhece a escrita cria diferentes

6 Nesta seção, empregamos McGranahan. (1951); na realidade, parte do material foi literalmente transcrito dessa fonte, com o consentimento do Dr. McGranahan.

materiais destinados a informar, divertir ou convencer o povo. Esse material pode aparecer sob a forma de criações literárias, jornais, revistas ou, mais recentemente, como fitas de cinema ou programas de rádio e televisão.

Os documentos de comunicação de massa não são criados para o pesquisador, e sob esse aspecto (embora não sob outros) estão livres da influência de seu viés teórico ou pessoal. Tal como ocorre com os registros estatísticos já existentes, permitem que o pesquisador lide com o passado histórico, bem como com a sociedade atual, o que é uma vantagem muito grande, quando se ponderam as consideráveis dificuldades existentes para uma perspectiva histórica na ciência social. Ainda mais que os registros históricos, os documentos de comunicação de massa refletem aspectos amplos do clima social em que foram criados.

OBJETIVOS DE ANÁLISE

As comunicações de massa apresentam uma rica fonte de dados para a pesquisa de diferentes problemas de pesquisa. Podem ser usadas para esclarecer alguns aspectos da cultura de determinado grupo, comparar diferentes grupos através de aspecto da cultura, verificar a origem da mudança cultural. Por exemplo, Lowenthal (1943), num estudo sobre mudanças culturais na sociedade norte-americana no século XX, analisou, através da profissão, as biografias que apareceram em revistas populares, desde o início do século até 1941. A tabela seguinte resume alguns de seus principais resultados:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BIOGRAFIAS, DE ACORDO COM PROFISSÕES, NO "SATURDAY EVENING POST" E NO "COLLIER'S", PARA ANOS SELECIONADOS ENTRE 1901 E 1941

	1901-1914	1922-1930	1930-1934	1940-1941
Vida política	46%	23%	31%	25%
Profissões liberais e negócios	28	18	14	20
Diversões	26	54	55	55
Numero de casos	177	395	306	125
Média anual de biografias	36	66	77	125

Ao analisar a esfera de divertimento, Lowenthal indica que, no período inicial (1901-1914), 77 por cento das pessoas descritas participavam das belas artes; no último período (1940-1941), o número correspondente era 9 por cento.

No estudo de Lowenthal, o conteúdo de comunicação, aceito por seu valor aparente, foi analisado em busca de indicações de mudanças culturais. Outros estudos de comunicação, sobretudo os que procuram esclarecer todo o processo de comunicação, do transmissor ao receptor, frequentemente se referem à ambiguidade do sentido de comunicação. Um exemplo disso é o estudo de Wolfenstein e Leites (1950) de um filme norte-americano contra o preconceito, denominado *No Way Out*:

[O filme] gira em torno das dificuldades de um jovem negro, interno num hospital distrital de uma grande cidade do Norte dos Estados Unidos. Em seu primeiro chamado na enfermaria da prisão, precisa tratar de um desordeiro que foi ferido na perna, durante um assalto. Levado por vários sinais a suspeitar de um tumor cerebral, o médico realiza uma punção na espinha. O paciente morre imediatamente, enquanto seu irmão, também ferido e algemado na cama vizinha, grita: "Esse negro matou meu irmão!" O médico deseja uma autópsia para provar que seu diagnóstico e seu tratamento estavam certos. Mas é preciso obter permissão do irmão sobrevivente, que odeia negros, e tem fantasias pavorosas quanto ao que farão com o corpo de seu irmão, e recusa seu consentimento. Manda dizer aos amigos que seu irmão foi "assassinado" por um negro e eles planejam um conflito racial. A comunidade negra é avisada disso e, por estratégia bem organizada, derrota seus inimigos brancos, embora sem a participação do médico negro, que se opõe ao recurso à violência. O médico força a questão da autópsia, ao "confessar" o "assassinato" de seu paciente. A autópsia o inocenta. O desordeiro, a quem o médico que realizou a autópsia dá a explicação da morte de seu irmão, não fica convencido: "Isso é confusão de médicos — repito que vi o negro matar meu irmão". O desordeiro foge, prepara uma armadilha para o médico negro e está a ponto de matá-lo quando é detido no último momento.

Parece claro que a intenção dos criadores do filme foi demonstrar a perigosa irracionalidade do preconceito de cor. A tarefa proposta pelos pesquisadores foi verificar a correspondência entre a intenção e a provável recepção. Isso exigia uma interpretação das principais cenas diante do que se sabe sobre elementos irracionais no preconceito de cor e sobre o funcionamento do inconsciente. A aplicação desse esquema revelou alguns elementos "negativos" do filme. Segundo a seguinte citação do estudo:

Na morte do paciente que está sendo tratado pelo médico negro, vemos uma coisa e ouvimos dizer outra. Vemos que o médico está inseguro. Foi à enfermaria da prisão pela primeira vez; os guardas não o conhecem, não sabem se ele deveria estar aí, e ficam cada vez mais perplexos diante dos instrumentos aparentemente desnecessários que solicita para o que todos supõem que seja um simples ferimento na perna. Além disso, o médico está sempre perturbado pelos insultos do irmão do paciente. O que vemos é um médico negro inexperienced e inseguro, cujo procedimento parece discutível a todos os presentes, que trata um homem que aparentemente tem um pequeno ferimento, de uma forma que ele morre imediatamente.

De forma semelhante, a sequência do conflito racial apresenta imagens que tendem a confirmar a fantasia do negro como perigoso agressor. Sabemos que os negros, ao organizar uma marcha contra o bando de brancos que se preparam para atacá-los, agem em pensada auto-defesa. Mas, no momento em que os negros aparecem, vemos, ao lado do desordeiro brutal que organizou o bando de brancos, uma bonita moça que no filme não aparece antes nem depois. No início da luta, há um *close-up* de outra moça branca, que também não teve outro papel no filme, num grito angustiado. Essas duas imagens tendem, provavelmente, a despertar a fantasia da "feminilidade branca" assaltada por "negros bestiais".

Saber se são corretas as hipóteses sobre a percepção, pela audiência, do sentido implícito nessa interpretação, é um

problema a ser verificado por pesquisa de audiência e está fora do âmbito da análise do conteúdo da comunicação.

Outro tipo de problema que pode ser respondido por análise de comunicação de massa refere-se ao tipo de informação posta ao alcance do público, ou o aspecto através do qual as várias questões são apresentadas. Por exemplo, Davison (1947) considerou amostras de jornais das zonas soviética, norte-americana e francesa de Berlim, durante o mês de dezembro de 1946. Analisou os itens de notícias das primeiras páginas, a fim de verificar se as referências a "Estados Unidos", "Grã-Bretanha", "União Soviética", "França", "Nações Unidas", "Partido Comunista", "Estados Pró-Soviéticos", "Grécia" e "Irã" eram favoráveis, desfavoráveis ou neutras. Por exemplo, se a notícia, como um todo, apresentava os Estados Unidos de maneira favorável, — por exemplo, uma história da assistência dos Estados Unidos à Europa que passava fome — fazia-se uma marca positiva para "Estados Unidos"; se a notícia descrevia, ou supunha, por exemplo, o imperialismo militar norte-americano, fazia-se uma marca negativa. Os resultados de Davison mostraram grande divergência entre o conteúdo da imprensa soviética e da imprensa berlimense não controlada pelos soviéticos, e demonstraram até que ponto as "notícias" se conformam às idéias de quem as transmite.

As comunicações de massa também foram analisadas para outros objetivos — por exemplo, identificação de técnicas de propaganda ou descrição de apelos de líderes políticos aos seus seguidores. Por exemplo, R. K. White (1949), num estudo sobre os valores que Hitler e Roosevelt mencionavam em seus discursos públicos antes do início da Segunda Grande Guerra, usou dois livros: *My New Order*, tradução inglesa, por De Sales, dos discursos de Hitler, e *Nothing to Fear*, discursos escolhidos de Roosevelt, organizados por Zevin. Em cada discurso, White classificava toda afirmação de valor. Suas tabelas se baseiam em 4.077 afirmações de valor por Hitler, e 1.249 por Roosevelt. A tabela seguinte, que é uma versão simplificada da publicada por White, resume seus principais resultados:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE VALORES APRESENTADOS POR HITLER E ROOSEVELT, EM DISCURSOS PRONUNCIADOS ANTES DA SEGUNDA GRANDE GUERRA

	Hitler	Roosevelt
Valores de força	34,8%	15,2%
Valores morais	38,0	28,3
Valores econômicos	10,8	27,7
Outros valores	16,4	28,8
Total	100,0	100,0

Esses são apenas alguns exemplos dos tipos de problemas de pesquisa que podem ser investigados pela análise de comunicação de massa. Um levantamento desse campo, realizado por Berelson (1952), enumera os seguintes objetivos específicos, para os quais tem sido analisado o conteúdo da comunicação:

Questões referentes às características do conteúdo

Descrever tendências no conteúdo da comunicação
 Delinear o desenvolvimento da erudição
 Revelar diferenças internacionais no conteúdo da comunicação

Questões referentes aos criadores ou às causas do conteúdo

Comparar os meios ou "níveis" de comunicação
 Examinar o conteúdo da comunicação com relação aos objetivos

Construir e aplicar padrões de comunicação
 Auxiliar operações técnicas de pesquisa

Revelar as técnicas de propaganda
 Medir a "legibilidade" de materiais de comunicação

Descobrir características estilísticas

Questões referentes aos criadores ou às causas do conteúdo

Identificar as intenções e outras características dos transmissores

Verificar o estado psicológico de pessoas e grupos
 Identificar a existência de propaganda (fundamentalmente com objetivos legais)

Obter informação política e militar

Questões referentes a audiência ou efeitos do conteúdo
 Refletir atitudes, interesses e valores ("padrões culturais") de grupos da população
 Revelar o foco de atenção

Descrever as respostas de atitudes e de comportamento às comunicações

Um estudo determinado pode, evidentemente, propor vários dêsés objetivos.

TÉCNICAS DE ANÁLISE

Nas últimas décadas, estimulada pelo volume crescente de material criado pelos meios de comunicação de massa, desenvolveu-se uma técnica especial — *a análise de conteúdo* — para a descrição, sob forma sistemática, do conteúdo de comunicações.⁷

No entanto, muitos dos conceitos e suposições subjacentes a essa técnica são muito mais velhos que esse nome. Muito antes de a análise de conteúdo tornar-se aceita com esse nome, os estudiosos da sociedade usaram, com diferentes objetivos, os registros de comunicação. Os historiadores os examinavam para reconstruir o período em que foram criados. Os críticos literários estudaram as criações dos escritores, a fim de descobrir a mensagem que desejavam transmitir, suas peculiaridades de estilo, os valores que apresentavam, bem como muitos outros aspectos do trabalho criador. Por exemplo, os argumentos quanto à autoria de Shakespeare de tódas as obras ligadas a seu nome foram, em grande parte, apoiados no que hoje se chamaria análise de conteúdo.

E verdade que, para a pesquisa, a análise de conteúdo contemporânea acrescentou um novo aspecto à exploração do conteúdo de comunicação — isto é, a criação de técnicas complexas para a quantificação do material. Realmente, nos trabalhos metodológicos recentes, a quantificação é vista, em

7 Embora a técnica de análise de conteúdo se tenha desenvolvido, sobretudo, com relação aos meios de comunicação de massa, é também aplicável a outros materiais. Por exemplo, os documentos pessoais, entrevistas assistemáticas, protocolos de respostas a testes projetivos, registros de interação paciente-terapeuta, etc., podem ser submetidos à análise de conteúdo.

geral, como elemento necessário. Berelson (1952), por exemplo, define a análise de conteúdo como "uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de comunicação".⁸

Esta acentuação, devida, em grande parte, ao trabalho de Lasswell e seus colaboradores durante a década de 1930, permitiu grande progresso no estudo da comunicação, ao acrescentar exatidão à intuição. A análise é feita sob certos controles que a tornam sistemática e objetiva, se a comparamos com a resenha ou crítica convencionais do conteúdo da comunicação. (1) As categorias de análise, usadas para a classificação do conteúdo, são clara e explicitamente definidas, de forma que outros indivíduos possam aplicá-las ao mesmo conteúdo, a fim de verificar suas conclusões; (2) o analista não pode selecionar e descrever apenas o que lhe parece interessante, mas precisa classificar metódicamente todo o material significativo de sua amostra; (3) algum processo quantitativo é usado para conseguir uma medida da importância e da acentuação, no material, das várias idéias encontradas, e permitir comparação com outras amostras de material. Por exemplo, se consideramos uma amostra sistemática de editoriais de jornal, e contamos o número relativo de editoriais que exprimem atitudes favoráveis, desfavoráveis e neutras com relação a determinado país estrangeiro, realizamos uma forma simples de quantificação que, segundo se verificou, é possível e precisa. Ficaremos com um resumo mais exato da situação do que seria possível se nos baseássemos apenas em impressões gerais e em memória, pois, sem o auxílio da matemática, existe um claro limite para a quantidade de material que pode ser assimilado e recordado, de maneira equilibrada e minuciosa, pelo pensamento humano. Todavia — e este é o outro lado da moeda — o interesse pela quantificação tornou-se tão dominante que frequentemente obscurece o interesse pelo conteúdo singular das comunicações. As definições de análise de conteúdo tendem a acentuar o *processo de análise*, e não o *caráter dos dados* disponíveis nas comunicações registradas. Além disso, su-

8 Para outras discussões de análise de conteúdo, ver Bruner (1941), Goldsen (1947), Janis (1943), Kaplan (1943a), Kaplan e Goldsen (1943), Lasswell (1942a, 1942b, 1946), Lasswell, Lettes e colaboradores (1949) e Sargent e Saenger (1947).

põem uma limitação um pouco arbitrária do campo, ao excluir dêste todas as descrições de comunicações que não sejam apresentadas sob a forma de número de vezes em que vários temas ou outros elementos aparecem no material que está sendo analisado. É realmente difícil saber por que a quantificação deve ser vista como uma *exigência* na análise de conteúdo, quando não é assim considerada na análise de dados obtidos por entrevististas ou observação. Qualquer que seja a natureza dos dados, a quantificação é sempre um processo mais exato que a exploração ou descrição qualitativas. No entanto, nem sempre é possível, como veremos no Capítulo 11, tanto os dados quantificados quanto os não-quantificados têm seu lugar legítimo na ciência social contemporânea.

De modo geral, os problemas técnicos de análise que surgem no estudo de conteúdo de comunicação são apenas casos específicos dos problemas gerais de análise e interpretação nas ciências sociais, que serão discutidos no Capítulo 11. Aqui, como em outros casos, a execução de um estudo exige que o problema de pesquisa seja formulado; que se desenvolva o plano do estudo; que as categorias sejam estabelecidas para a classificação dos dados; que os dados sejam sistematicamente tabulados e sumariados, através de tais categorias. No entanto, o caráter do material de comunicação exige certa modificação desses processos usuais, sobretudo se o estudo pretende análise quantitativa.

ORIENTAÇÃO DE UMA AMOSTRA DO MATERIAL.⁹ Suponha-se que desejemos analisar o conteúdo da imprensa de determinado país ou de vários países, quanto ao problema do desarmamento. A primeira tarefa do analista — e uma tarefa bem difícil — é definir seu universo, isto é, a imprensa nacional. Não estão muito desenvolvidas as técnicas de amostragem dos meios de comunicação de massa. Interessamo-nos pelos jornais como modeladores da opinião do leitor; para nossos objetivos, não é satisfatório enumerar todos os jornais publicados em determinado país e considerar cada décimo ou vigésimo, mesmo que tenhamos controles para assegurar que jornais de diferentes áreas geográficas, dife-

⁹ Os princípios gerais e os processos de amostragem são discutidos no Apêndice B.

rentes orientações políticas, diferentes grupos econômicos, diferentes grupos étnicos, etc., estão representados na população total de jornais. A dificuldade decorre do fato de os jornais apresentarem extraordinária variação quanto a tamanho e influência, e uma amostra realista não deve dar o mesmo peso a um jornal obscuro e a um gigantesco diário metropolitano. A situação não é igual à da obtenção de uma amostra representativa de uma população de eleitores, pois cada um de seus membros tem a mesma influência nas eleições — isto é, um voto.

Para considerar o problema do tamanho, poder-se-ia dividir os jornais numa série de classes, de acordo com sua circulação, e cada classe teria um valor de circulação total igual ao de cada uma das outras classes, e depois tirar, de cada uma dessas classes, uma amostra casual que abrangesse determinado número de leitores. Outra forma de resolver o problema seria ver a população estudada como a população de total de exemplares de jornais (um jornal com uma circulação de 1.000 exemplares teria 1.000 unidades nessa população) e obter uma amostra casual dessa população, e não da população de títulos de jornais. No entanto, no que se refere aos itens ligados ao desarmamento, não podemos supor que o número de circulação de um jornal reflita corretamente sua influência na população. Um jornal pode interessar-se quase exclusivamente por notícias locais, enquanto outro pode apresentar muitos itens referentes às relações internacionais.

Diante dos problemas existentes, podemos usar amostras que não pretendem ser inteiramente representativas dos meios de comunicação discutidos, mas que possam ser objetivamente definidas e sistematicamente obtidas. Uma possibilidade é uma "amostra de popularidade", baseada apenas em números de circulação ou audiência — por exemplo, uma amostra que use os dez maiores jornais do país. Ou, se estamos interessados na comparação da imprensa de diferentes países quanto à sua maneira de tratar os itens referentes ao desarmamento, e se os recursos permitem apenas o estudo de um jornal de cada país, pode ser correto selecionar o jornal comumente considerado como o órgão com maior autoridade ou prestígio em cada país — por exemplo, o *New*

York Times, nos Estados Unidos, o *Times* de Londres, o *Privada* da União Soviética.

É preciso considerar um outro problema na amostragem de meios de comunicação de massa — o problema do tempo. Seria fácil obter uma impressão deformada da política geral dos jornais se fôssem estudadas as edições de um único dia, ou mesmo de um único mês. O impacto de determinado acontecimento pode ser tal que obscureça a política usual do jornal. Se o analista decide abranger um período de vários meses, a tarefa pode ser impraticável, a não ser que retire uma amostra de números do jornal durante esse período. Antes de saber quantos números pode estudar, precisará decidir se deseja analisar integralmente cada número de cada jornal dos dias de amostragem, ou concentrar-se em aspectos específicos, tais como manchetes, editoriais, notícias, posição de saliência no jornal (por exemplo, artigos de primeira página), ou coisas semelhantes. Em outras palavras, precisará decidir quanto à natureza e quanto ao tamanho das unidades que devem compor sua amostra.

Portanto, o processo de amostragem na análise da comunicação consiste, freqüentemente, de três estágios: amostragem de fontes (quais os jornais, estações de rádio, filmes, etc. que serão analisados); amostragem de datas (período que deve ser abrangido pelo estudo); amostragem de unidades (aspectos da comunicação que devem ser analisados). Quanto à amostragem de unidades, as decisões são freqüentemente arbitrárias, baseando-se em suposições tácitas quanto ao aspecto que melhor caracteriza determinado meio de comunicação. Por exemplo, o que indica melhor a política de um jornal: a manchete, o interesse humano da história, o editorial ou algum outro aspecto?

A fim de evitar tal arbitrariedade, quem analisa o conteúdo muitas vezes segue uma de duas possibilidades: analisa a partir de várias e diferentes unidades (por exemplo, amostragem de manchetes, de histórias de interesse humano, de editoriais, e contagem do número de vezes em que determinado assunto é mencionado em cada um desses aspectos); abandona inteiramente tais unidades "naturais", divide mecanicamente o número de um jornal em linhas ou centímetros de espaço, a partir dos quais retira uma amostra. Ainda

será necessário muito trabalho sobre hábitos de leitura, antes de podermos decidir se a aparente exatidão de um processo que permite unidades de igual tamanho compensa o esquecimento de contexto e organização intrínseca.

ESTABELECIMENTO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE.¹⁰ Suponha-se que nosso analista se tenha decidido por uma amostra de dois tipos de unidade — editoriais e notícias de primeira página. Sua tarefa seguinte é estabelecer as unidades através das quais cada unidade pode ser classificada. Tal como em outros casos de pesquisa social, tem duas fontes para o estabelecimento de categorias significativas: o objetivo formulado da pesquisa, onde se incluem quaisquer hipóteses que possa ter apresentado, e o próprio material. Evidentemente, é o material que sugere as categorias peculiares à análise de comunicação.

O interesse de um jornal pelo desarmamento pode exprimir-se de diferentes maneiras. O jornal pode acentuar ou ignorar a questão ou sua natureza discutível; pode limitar-se à descrição pura e simples da questão, ou pode apresentar muitos editoriais que o comentem, acentuando uns aspectos, mais que outros, pode usar, freqüente ou raramente, algumas palavras básicas — por exemplo, *paz*; pode tratar, leve ou seriamente, o assunto; pode mencionar alguns valores comumente aceitos ou omitir as consequências morais do problema. Cada uma dessas categorias de análise e muitas outras têm sido usadas na análise de conteúdo.

O trabalho mais amplo de análise de conteúdo de jornais foi realizado por Harold D. Lasswell e seus colaboradores (1949). Lasswell criou um sistema de "análise de símbolos", que empregou durante a Segunda Guerra Mundial em vários ramos do governo norte-americano. Nesse sistema, o conteúdo do jornal é estudado quanto ao aparecimento de determinados símbolos, tais como "Inglaterra", "Rússia", "democracia", "judeus", "Stalin" e assim por diante. Nota-se a freqüência do aparecimento de tais símbolos, bem como o fato de sua apresentação ser favorável, desfavorável ou neutra (ou "indulgente", "restritiva", "neutra"). As referências fáceis são às vezes subdivididas nas que acentuam "fôrça",

¹⁰ O Capítulo II apresenta uma discussão mais geral do estabelecimento de categorias de análise.

"bondade" ou "moralidade"; as referências negativas, em categorias de "fraqueza" e "imoralidade".

A análise, feita por Davison, dos jornais de Berlin, e descrita na p. 376, usou esse tipo de análise. Os símbolos por ele considerados foram os nomes dos países; notou-se a qualidade favorável, neutra ou desfavorável de cada referência. Davison não usou as dimensões de força-fraqueza e moralidade-imoralidade, mas fez uma análise adicional, através de "temas", que é outro método muito usado de análise de conteúdo. Nesse processo, o analista imerge no material até que se tornem evidentes suas idéias ou proposições repetidas; depois, conta a frequência do aparecimento de tais proposições. Por exemplo, eis alguns dos principais temas que Davison encontrou em itens de notícias nos jornais berlineses controlados pelos soviéticos: os Estados Unidos são dilacerados por inquietação econômica e por luta industrial; os Estados Unidos estão sob o domínio de reacionários; os Estados Unidos realizam políticas de militarismo, imperialismo e diplomacia do dólar.

Wright e Nelson (1939) empregaram um método mais complexo de análise de conteúdo de jornais. Com uma amostra de editoriais referentes à China e ao Japão, no *New York Times*, no *Chicago Tribune* e no *Chicago Daily News* — no período de janeiro de 1937 a março de 1938 — escolheram uma "afirmação representativa" de cada editorial, e depois solicitaram que juízes classificassem tais afirmações em onze pilhas — desde a pilha 1 (mais hostil com relação ao país considerado), passando pela pilha 6 (neutro) e chegando à pilha 11 (mais favorável). Obtiveram-se, através de médias de valores de resultados de afirmações específicas, resultados gerais para os diferentes jornais e para diferentes períodos de tempo. Os resultados mostraram, entre outras coisas, que o bombardeio de Nanquim teve mais influência, na provocação de referências desfavoráveis ao Japão, que o incidente de Panay, e efeito muito maior que o ato jurídico da Liga das Nações que considerou o Japão como agressor.

PRECISÃO DA CLASSIFICAÇÃO. Evidentemente, a precisão de respostas e classificações é um problema universal na ciência social. No Capítulo 5 foram discutidos os métodos para verificar e aumentar a precisão da mensuração. O Capítulo 11 apresenta discussão mais específica de problemas

de precisão da codificação. Idealmente, nossos métodos de análise e quantificação devem ser tão claramente definidos que, ao analisar o mesmo material, diferentes juízes cheguem exatamente aos mesmos resultados. No entanto, a precisão perfeita é algo que, na prática, só pode ser atingido com os tipos mais superficiais de análise, tais como contar o número de vezes que determinada palavra aparece em determinada quantidade do material. Logo que se introduz certo grau de interpretação na análise, os juízes tendem a apresentar certo grau de diferença em seus resultados.

O estudo feito por White, quanto aos valores acentuados por Hitler e Roosevelt, descrito nas págs. 376-377, apresenta um exemplo das dificuldades que podem surgir quando há necessidade de fazer julgamentos de valor. Na categoria de "outros valores", White incluiu o valor *segurança*, que é exemplificado pela seguinte afirmação de um discurso de Hitler: "Tem pouca importância o fato de que nós possamos viver, mas é essencial que nosso povo viva, que a Alemanha continue a viver." É evidente que a atribuição do valor *segurança* a essa afirmação exige uma interpretação do sentido da sentença, no contexto em que foi usada. O método básico para aumentar a precisão da classificação é especificar claramente as características de afirmações que precisam ser colocadas em determinada categoria, e usar muitos exemplos retirados do material analisado, a fim de exemplificar os tipos de afirmações que devem ser considerados como pertencentes a determinada categoria. No entanto, é evidentemente muito mais difícil dar uma definição do valor *segurança* que seja suficientemente compreensiva e suficientemente específica, de maneira a servir de guia para o codificador, que dar uma definição adequada de uma categoria — por exemplo, "menciona grupos raciais" — ao codificar uma pergunta de entrevista a respeito de "tipos de pessoas que vivem neste bairro." A dificuldade aumenta com a variedade de material a ser considerado na análise de conteúdo, que é limitada apenas pelo interesse ou intenção do transmissor, sem a influência restritiva de uma pergunta específica de entrevista. Para aumentar a precisão da análise de conteúdo não existe outro recurso, senão a paciente experimentação, com a depuração de definições e cuidadoso treinamento das pessoas que devem usá-las na classificação de dados.

Resumo

Nos quatro últimos capítulos discutimos vários modos para obter dados necessários para responder às perguntas da pesquisa: observação, entrevistas e questionários, técnicas projetivas e outros métodos indiretos, bem como o emprêgo de dados disponíveis sob a forma de registros, estatísticos, documentos pessoais e comunicações de massa. Indicamos que cada método tem suas vantagens e limitações, e que cada um dêles é mais adequado para responder a certos tipos de problemas de pesquisa que para outros. Além disso, notamos que, qualquer que seja a técnica empregada pelo pesquisador, precisa estar atento para os problemas de precisão e validade de seus dados.

No capítulo seguinte consideraremos os processos para colocar os indivíduos em escalas, a partir de dados colhidos por qualquer um dos métodos discutidos nestes últimos quatro capítulos.

287

10

A COLOCAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM
ESCALAS*Escalas de Avaliação**Questionários que Formam Escalas**Algumas Modificações de Técnicas de Escalas**Uma Nota de Conclusão*